



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 637/2021  
REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 2413/2021  
RELATOR: OCTAVIO SAMPAIO

Ementa: ALTERA A LEI 5.426 DE 21 DE  
OUTUBRO DE 1998.

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

## **I - RELATÓRIO:**

Trata-se de *PROJETO DE LEI* do Ilmo. Vereador *DUDU* que altera o artigo 3º, da Lei Municipal 5.426 de 21 de outubro de 1998.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme disposto pelo Art. 35, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, vejamos:

*Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:*

***I - Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:***

- a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Casa ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;*
- b) em particular, admissibilidade de propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal;*
- c) qualquer assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão ou em razão de recurso previsto neste Regimento;*
- d) exercício dos poderes municipais;*
- e) licença de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito para ausentar-se do Município ou para interromper o exercício de suas funções;*
- f) desapropriações;*
- g) transferência temporária de sede do Governo;*
- h) redação do vencido e redação final das proposições em geral, ressalvado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 115;*
- i) e ainda opinar sobre a oportunidade ou conveniência da matéria proposta.*

Com base nas competências atribuídas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Segue o voto:

## II - VOTO:

Cuida analisar a iniciativa do nobre Vereador Dudu que tem por objetivo sugerir um Projeto de Lei que pretende alterar o **Art. 3º**, da Lei Municipal **5.426** de 21 de outubro de 1998.

Segundo o Vereador Dudu, *“a Lei 7510/2017 e suas alterações mudaram a estrutura administrativa do Poder Executivo, e que nesta seara se faz necessário as alterações de Leis correlatas, especialmente quando se trata de alterações na composição de secretarias.”*

*“Considerando que em sua composição antiga, muitas secretarias já foram dissociadas e alguns órgãos por força da Lei, com base no art. 37 da CFRB, que dispõe sobre a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.”*

Ressalta-se a importância qual seja dada ao referido Projeto de Lei o qual pretende adequar o Art. 7º da Lei 5.426/98 que proíbe aos membros da comissão o recebimento de remuneração, levando em conta que os trabalhos da COPERLUPOS são fundamentais para o desenvolvimento da Cidade.

O referido *projeto* foi protocolado e encaminhado ao Departamento Legislativo, cumprindo todos os requisitos do regimento interno desta Casa Legislativa.

Por todo o exposto, entendo que se trata de projeto importante, conveniente e oportuno, sendo assim, não vislumbro qualquer impedimento para a tramitação, devendo prosseguir para votação e deliberação, dos meus pares em Plenário.

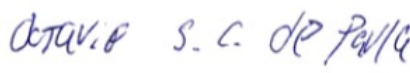
## III - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Vice – Presidente) manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação do referido **PROJETO DE LEI** em plenário.

Sala das Comissões em 05 de Julho de 2021



GIL MAGNO  
Presidente



OCTAVIO SAMPAIO  
Vice - Presidente

Mauro Peralta

DR. MAURO PERALTA  
Vogal